



## **A importância da formação dos profissionais para a inclusão de alunos com necessidades alimentares especiais**

The influence of the training of professionals for  
The inclusion of students with special food needs

**Aline Vasconcelo Battisti**

Universidade Comunitária da Região de Chapecó, Santa Catarina, Brasil

[alinebattisti@unochapeco.edu.br](mailto:alinebattisti@unochapeco.edu.br) - <https://orcid.org/0000-0003-2409-5596>

**Maria Elisabeth Kleba da Silva**

Universidade Comunitária da Região de Chapecó, Área de Ciências da Saúde, Santa Catarina, Brasil

[kleba@unochapeco.edu.br](mailto:kleba@unochapeco.edu.br) - <https://orcid.org/0000-0002-6703-8375>

**Irme Salete Bonamigo**

Universidade Comunitária da Região de Chapecó, Área de Ciências Humanas e Jurídicas, Santa Catarina, Brasil

[bonamigo@unochapeco.edu.br](mailto:bonamigo@unochapeco.edu.br) - <https://orcid.org/0000-0002-1289-895X>

**Flávia Anastácio de Paula**

Universidade Estadual do Oeste do Paraná, CEL - Centro de Educação e Letras, Santa Catarina, Brasil

[flaviaanastaciopaula@gmail.com](mailto:flaviaanastaciopaula@gmail.com) - <https://orcid.org/0000-0003-3661-6221>

*Recebido em 11 de julho de 2020*

*Aprovado em 5 de junho de 2021*

*Publicado em 23 de junho de 2022*



## RESUMO

Os alunos que possuem Necessidades Alimentares Especiais necessitam de cuidados específicos, e portanto, também precisam ser incluídos no espaço escolar. Para tanto, o objetivo deste artigo é discutir de que forma o processo de formação dos profissionais das áreas da Educação e Saúde influencia na inclusão dos alunos com Necessidades Alimentares Especiais no espaço escolar. O trabalho utiliza a abordagem qualitativa e as informações foram coletadas por meio da análise dos resultados da Dissertação de Mestrado em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais, desenvolvida no ano de 2019 em um Município de pequeno porte, situado na região Oeste de SC com profissionais do Centro de Educação Infantil, do Núcleo Ampliado de Saúde da Família (NASF) e da equipe de referência de uma das Unidades da Estratégia Saúde da Família (ESF) do município. Os resultados da pesquisa apontam dificuldades encontradas no dia-a-dia, relacionadas à falta de estudos durante a formação referente ao tema, a insuficiente articulação intersetorial e o baixo envolvimento dos profissionais. O que ocorre dentro das instituições de ensino é um processo involuntário, que implica em desinformação sobre as especificidades das crianças que são diagnosticadas com alergias, doença celíaca, intolerâncias e demais

necessidades. Nesse sentido, é imprescindível que a oferta de capacitações referentes ao tema seja priorizada nas áreas da Saúde e Educação, para que os profissionais compreendam as implicações e subjetividades que envolvem essas crianças e, assim, consigam desenvolver estratégias de inclusão no espaço escolar.

**Palavras-Chave:** Inclusão na Educação Básica; Necessidades Alimentares Especiais; Saúde na Escola;

## ABSTRACT

Students who have Special Dietary Needs require specific care, and therefore also need to be included in the school space. Therefore, the aim of this article is to discuss how the training process of professionals in the areas of Education and Health influences the inclusion of students with Special Dietary Needs in the school space. The work uses the qualitative approach and the information was collected through the analysis of the results of the Master's Thesis in Regional Social policies and Dynamics, developed in 2019 in a small municipality, located in the Western region of SC with professionals from the Center for Early Childhood Education, the Extended Family Health Center (NASF) and the reference team of one of the Family Health Strategy Units (FHS) of the municipality. The results of the research indicate difficulties encountered in daily life, related to the lack of studies during training on the subject, insufficient intersectoral articulation and low involvement of professionals. What occurs within educational institutions is an involuntary process, which implies disinformation about the specificities of children who are diagnosed

with allergies, intolerances and other needs. In this sense, it is essential that the offer of training related to the theme is prioritized in the areas of Health and Education, so that professionals understand the implications and subjectivities that involve these children and, thus, can develop inclusion strategies in the school space.

**Keywords:** Inclusion in Basic Education; Special Food Needs; Health at School;

## Introdução

A partir da década de 1990, muitas transformações ocorreram na política educacional brasileira. Nessa época, o movimento da inclusão escolar foi ampliado e fortalecido, resultando em novas perspectivas no campo da Educação Especial, as quais buscaram atender as subjetividades de cada sujeito implicado. Garcia e Michels (2011, p. 106) enfatizam que, nos anos 90, esse campo de atuação passou a se orientar pela

Política Nacional de Educação Especial (1994), a “qual apresentava como fundamentos a Constituição Federal (1988), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 4.024/61), o Plano Decenal de Educação para Todos (1993) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990)”. A proposição política naquele momento, para todo o campo educacional, tinha como princípios a democracia, a liberdade e o respeito à dignidade. (GARCIA E MICHELS, 2011, p. 106, 107).

Santos e Teles (2012) destacam que no ano de 1994, a Declaração de Salamanca vem para mudar o cenário da educação mundial. Sua realização ocorreu na cidade de Salamanca, na Espanha, em cooperação com a UNESCO, aonde se reuniram governos, organizações internacionais e movimentos em favor dos direitos humanos, os quais criticavam instituições que segregavam as pessoas com deficiência. O propósito era desenvolver uma educação para todos, ou seja, uma educação realmente inclusiva. Segundo Santos e Teles (2012, p. 81), “esse documento foi criado para apontar aos países a necessidade de políticas públicas e educacionais que venham a atender todas as pessoas de modo igualitário” [...]. E “destaca a necessidade da inclusão educacional dos indivíduos que apresentam necessidades educacionais especiais” (SANTOS; TELES, 2012, p. 81). Dessa maneira, a Declaração de Salamanca promove a formulação de políticas públicas no âmbito da educação inclusiva.

Entretanto, ainda conforme Chaddad e Oliveira, (2017, p. 98), “os processos constitutivos dos conceitos inclusão e exclusão reivindicam por questões mais

complexas que, muitas vezes, são veladas”. Ou seja, há um grave risco de que o enfrentamento da exclusão não se expresse em ações concretas, efetivamente inclusivas. Muitas vezes, a centralidade da discussão sobre determinados grupos ganha visibilidade, porém, não se consideram aspectos que constituem o problema da exclusão, como a sua trajetória histórica, social e biológica, fazendo com que, apesar de serem pauta de discussão, as ações não sejam efetivadas como deveriam/poderiam ser.

Esse debate é fundamental, especialmente quando está em foco o espaço escolar, instituição que assume papel central na dinâmica da vida cotidiana, não apenas de crianças, adolescentes e suas famílias, mas da sociedade como um todo. Nesse sentido, quando a escola recebe um estudante com diagnóstico de alergia alimentar, esta precisa se adaptar para que ocorra um atendimento inclusivo a esse aluno. Conforme a Lei de Diretrizes e Bases de educação Nacional (LDB), Lei no 9.394/96, em seu Art. 59, as instituições de ensino precisam e devem atender as necessidades dos alunos, por meio de “currículos, métodos, recursos educativos e organização específicos” (BRASIL, 1996). Nessa perspectiva, os alunos com Necessidades Alimentares Especiais devem encontrar todo apoio necessário desde o momento que ingressam na escola, de forma que suas especificidades sejam adequadamente atendidas (alimentação adequada, atividades adaptadas, oportunidade de participação, etc.), viabilizando seu desenvolvimento integral.

Por outro lado, na busca de literatura que aborde a temática Necessidades Alimentares Especiais, foram identificados poucos estudos sobre intolerâncias, doença celíaca e alergias alimentares no espaço escolar, sendo que temáticas como sobrepeso, obesidade e diabetes são necessidades com maior inserção. Portanto, a relevância do estudo é fundamental, uma vez, que a alimentação, como dimensão e determinante essencial na promoção de saúde e qualidade de vida dos alunos, também pode ser um desafio, à medida que a adaptação da alimentação, dentre outros fatores que colaboram para o desenvolvimento desses alunos, muitas vezes fica sob a responsabilidade somente da família. (RIBEIRO et al. 2016).

Portanto, o objetivo deste artigo é discutir de que forma o processo de formação dos profissionais das áreas da Educação e da Saúde influencia na

inclusão dos alunos com Necessidades Alimentares Especiais no espaço escolar. Esse objetivo foi priorizado a partir do recorte da pesquisa intitulada, “A inclusão de crianças com Necessidades Alimentares Especiais no contexto escolar no âmbito do Programa Saúde na Escola (PSE)”.

## **A influência da formação e capacitação dos profissionais para a inclusão dos alunos com necessidades alimentares especiais**

Este trabalho utiliza a abordagem qualitativa, uma vez que essa é relevante para o estudo das relações sociais e possibilita compreender as diversidades existentes entre o ser humano (FLICK, 2009). O processo de investigação da pesquisa foi desenvolvido por meio do círculo de cultura, numa abordagem metodológica de pesquisa-ação participativa. A estratégia dos círculos de cultura está estruturada na abordagem teórica metodológica do educador Paulo Freire e, como técnica de estudo, promove uma equidade entre o pesquisador e o pesquisado, mediante o diálogo e experiências do pesquisado sob a égide da sua realidade.

Os quatros encontros do círculo de cultura aconteceram em uma sala da Secretaria Municipal de Educação. Para dar início a pesquisa, houve uma aproximação com a Secretaria de Saúde e a Secretaria de Educação do Município, responsáveis pelo PSE. O objetivo foi apresentar a proposta de pesquisa, indicar a escola escolhida para a realização da pesquisa e obter a assinatura da Declaração de Ciência e Concordância das Instituições Envolvidas. As informações foram coletadas por meio da análise dos resultados da Dissertação de Mestrado em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais, desenvolvida em um Município de pequeno porte, situado na região Oeste de Santa Catarina com profissionais do Centro de Educação Infantil, do Núcleo Ampliado de Saúde da Família (NASF) e da equipe de referência de uma das Unidades da Estratégia Saúde da Família (ESF) do município.

Antes do primeiro encontro, todos os profissionais das instituições foram convidados individualmente por meio de convites formais. Ao todo, sete profissionais

participaram da pesquisa: professores, merendeira, enfermeira, psicóloga, nutricionista e auxiliar de sala.<sup>1</sup>

Na primeira etapa todos os sete profissionais participaram, já no segundo encontro apenas quatro estiveram presentes: professora, merendeira, psicóloga e auxiliar de sala. No terceiro encontro, cinco participantes compareceram: professores, merendeira, auxiliar de sala e psicóloga. No último encontro, quatro participantes compareceram, merendeira, professora, psicóloga e auxiliar de sala.

Essa estratégia promoveu um diálogo equitativo entre pesquisador e participantes, ao longo das quatro etapas do círculo de cultura, a saber: (1) identificação dos temas geradores, que tem como objetivo investigar qual a visão dos participantes sobre a realidade vivenciada diariamente em relação a temática pesquisada, o seu atuar, suas angústias e necessidades; (2) a codificação dos temas geradores, etapa em que os participantes identificam e ampliam sua compreensão sobre os problemas e os significados a respeito dos temas geradores elencados; (3) a descodificação, que contribui para a compreensão crítica da sua realidade, pois, a partir das leituras realizadas, as quais envolvem a temática abordada, os participantes, debatem, refletem e problematizam questões inerentes a temática, o que contribui para que os mesmos se percebam como sujeitos capazes de intervir e mudar os problemas vivenciados; (4) o desvelamento crítico da realidade, que é o momento em que ocorre um processo de ação-reflexão-ação e surge a necessidade e a disposição de os sujeitos promoverem reais transformações no contexto investigado.

As demais técnicas utilizadas, foram: tempestade de ideias e painel integrado. A tempestade de ideias, tem por objetivo estimular os sujeitos envolvidos por meio da escrita e oralidade, para que novas ideias de forma espontânea sejam construídas. E o Painel integrado, que é uma técnica utilizada em sala de aula e contribui no processo de ensino e aprendizagem. Para tanto, é necessário a interação, diálogo e reflexão para que os participantes assimilem os elementos que são abordados durante os encontros.

Ao se discutir a relação entre formação e inclusão é preciso considerar os

fatores que influenciam esse processo, visto, que “A educação brasileira é marcada pelo fracasso e evasão de uma parte significativa dos seus alunos, que são marginalizados pelo insucesso, por privações constantes, resultados da exclusão escolar [...]” (MANTOAN, 2003, p. 18). Nessa perspectiva, as escolas no Brasil têm entre seus desafios o de superar práticas discriminatórias e atender a diversidade e a subjetividade de seus alunos. Isso requer dos profissionais um processo de ação-reflexão-ação referente ao conceito de inclusão para que consigam atender as especificidades presentes no espaço escolar.

Ao falarmos em inclusão, o que mais comumente é lembrado são as pessoas com deficiências. Todavia, sabe-se que a inclusão vai muito além; exige que as diversas especificidades existentes sejam atendidas de forma significativa e justa. Além de se constituir como compromisso do Estado, deve ser assumida como bandeira de luta pela população.

[...] Do ponto de vista das práticas pedagógicas vividas na escola, a relação entre qualquer sujeito deve ser privilegiada. Explico. Para a pedagogia, importa lutar pelos indivíduos, pelo ensino e pela aprendizagem de qualquer um. Com isso, devo frisar que o ensinar deve compreender as diferenças como condição subjetiva e de partida dos processos formativos. De certa forma, para quem ensina e parte do princípio da diferença como condição subjetiva e humana, pouco importa a identidade de quem está sentado a sua frente. Vale esclarecer que, ao afirmar que pouco importa a identidade social dos sujeitos, isso não significa o mesmo que ignorá-lo no âmbito das biopolíticas. (THOMA; KRAEMER, 2017, p. 7).

É preciso, então, fazer uma avaliação crítica sobre o que é incluir. A prática pedagógica, numa concepção educativa de inclusão, abrange três pontos chaves essenciais que são: cuidado, educação e conhecimento, conceitos que condizem com o processo de inserção dos alunos com Necessidades Alimentares Especiais no espaço escolar.

Em relação ao cuidado no contexto escolar, é necessário conhecimentos e habilidades que vão além de processos pedagógicos. Ou seja, o ato de cuidar exige um trabalho intersetorial e cooperativo entre as diferentes áreas, tais como, saúde, educação, assistência social, etc. Conforme, Kramer (2005), o cuidado está relacionado com a necessidade do outro, para isso, precisamos conhecer e compreender o que o outro precisa, para assim desenvolvermos uma prática crítica e reflexiva. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), 9394/96, destaca que o

desenvolvimento integral depende de cuidados afetivos e biológicos do corpo, a qualidade da alimentação, os cuidados com a saúde e como são oferecidos esses cuidados.

Nessa perspectiva, em relação ao cuidado dos alunos com Necessidades Alimentares Especiais, são diversos fatores envolvidos, tais como, alimentos diferenciados, adaptação dos refeitórios para atender todos os alunos, adaptação dos cardápios, atividades diferenciadas, etc. E, os familiares têm papel fundamental para isso, pois precisam apresentar as informações necessárias na escola, contribuindo, então, para a prática inclusiva que os profissionais desenvolvem. Nesse sentido, “a família deve ser o primeiro espaço de luta pelo reconhecimento da diversidade, a primeira trincheira a ser conquistada pela desconstrução do paradigma da indiferença alimentar”. (MAIA, 2017, p. 93).

Pois, muitas vezes o que ocorre dentro das instituições de ensino é um processo involuntário, que implica em atitudes de desinformação sobre as especificidades das crianças que são diagnosticadas com alergias, doença celíaca, intolerâncias e demais necessidades. Além disso, a escola, seja ela pública ou privada,

constitui um ambiente que reforça o paradigma da indiferença alimentar, pois em muitos casos, as instituições ainda não estão qualificadas para debater o tema. Em consequência, a socialização da criança com necessidade alimentar especial é caracterizada pela naturalização da exclusão, na qual a criança deve buscar se adaptar ao mundo que não a reconhece como um sujeito dotado de uma identidade alimentar própria e única. (MAIA, 2017, p. 90).

Segundo a Associação Brasileira de Alergia e Imunologia (ASBAI, 2018), estima-se que as reações alimentares de causas alérgicas acometem 6-8% das crianças com menos de 3 anos de idade e 2-3% dos adultos. Além disso, pacientes com doenças alérgicas apresentam uma maior incidência de Alergia alimentar sendo essa encontrada em 38% das crianças com Dermatite atópica e em 5% das crianças com quadro de asma (ASBAI, 2018).

Com base nos dados acima, percebe-se que as grandes incidências da alergia alimentar são encontradas em crianças, um fator preocupante, uma vez que muitas dessas crianças passam a maior parte do tempo nas instituições de ensino, necessitando de apoio e cuidado por parte dos profissionais para que a inclusão

ocorra. Além disso, é necessário compreender a preocupação presente entre famílias e profissionais, pois, desde o processo de matrícula, diversos obstáculos, inúmeros questionamentos, dúvidas e receios surgem para todos os envolvidos.

Quanto à educação, conforme a Constituição Federal de 1988, é um direito de todos e dever do Estado e da família. Para Mantoan (2003, p. 22),

A Constituição, contudo, garante a educação para todos e isso significa que é para todos mesmo e, para atingir o pleno desenvolvimento humano e o preparo para a cidadania, entende-se que essa educação não pode se realizar em ambientes segregados.

Portanto, os alunos que possuem Necessidades Alimentares Especiais também têm o direito a uma educação inclusiva, visto que é um sujeito que está situado no contexto da diversidade humana, é preciso compreendê-lo como um sujeito de direito à inclusão.

se deter a questões significativas referentes aos alunos com Necessidades Alimentares Especiais, é um importante aspecto da promoção da alimentação saudável no ambiente escolar e expressa uma dimensão da garantia do direito humano à alimentação adequada, que é o princípio da equidade: cuidar de maneira diferente daqueles que apresentam necessidades específicas. (BRASIL, 2018).

Em relação ao conhecimento, Paulo Freire (1996, p.12), ressalta que “ensinar não é transmitir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção”. Nesse sentido, precisamos compreender de maneira crítica-reflexiva de que precisamos estar sempre abertos à construção de novos conhecimentos apesar dos já existentes. Visto, que “quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender” (FREIRE, 1996, p.12).

Neste cenário de adversidade produzido pelo paradigma da indiferença alimentar, o reconhecimento da inclusão torna-se um fator fundamental. Valorizar a inclusão como estratégia para combater a indiferença, significa reconhecer a diversidade alimentar como um elemento chave no combate ao modelo excludente em que vivem as pessoas com necessidades alimentares especiais. (MAIA, 2017, p. 91).

Além disso, para que o processo de inclusão e promoção de saúde se efetivem é necessário considerar a pertinência das políticas, programas e ações relacionados com a segurança alimentar de pessoas com Necessidades Alimentares Especiais, e que os profissionais (professores, merendeiras, gestores...) também considerem as diversidades existentes no espaço escolar.

Pois, com base em Sen (2000), a liberdade de viver melhor está relacionada com as oportunidades sociais, que são as facilidades e disposições que a sociedade estabelece. Nesse sentido, a articulação entre as diversas redes, tais como saúde e educação, é uma das condições para o acolhimento, cuidado e desenvolvimento dos alunos com Necessidades Alimentares Especiais.

A partir do cenário apresentado, questiona-se: qual a influência que a formação dos profissionais tem no processo de inclusão dos alunos com Necessidades Alimentares Especiais com relação aos profissionais da educação e da saúde pesquisados do município de pequeno porte no Oeste de Santa Catarina? É o que discute a próxima seção.

## Apresentação e discussão dos resultados

Na realidade pesquisada, o número de crianças diagnosticadas com Necessidades Alimentares Especiais vem aumentando no espaço escolar, ao mesmo tempo em que os profissionais influenciados pela falta de estudos referente ao tema, não conhecem as especificidades de seus alunos, contribuindo, assim, para um processo de exclusão. O quadro abaixo nos mostra algumas das dificuldades encontradas no dia-a-dia:

Quadro 1 – Falas de alguns profissionais, referentes as dificuldades encontradas no processo de inclusão dos Alunos com Necessidades Alimentares Especiais, em um município de pequeno porte da região oeste de Santa Catarina, 2019

Atores/Termos Referência	Palavras/Frases chaves	Dificuldades
Profissionais	<p><b>BIA-Enfermeira:</b> Acho que a maior dificuldade é o conhecimento sobre o tema, pois não encontramos nem literatura sobre essa temática.</p> <p><b>LAURA- Nutricionista:</b> [A maior dificuldade é] Falta de informação do tema e o conhecimento do tema, tanto dos profissionais que trabalham com esses alunos, quanto da família.</p> <p><b>ISABEL- Auxiliar:</b> A maior dificuldade é conhecer sobre a temática. Eu fui conhecer quando tive um aluno com alergia a proteína</p>	<b>Conhecimento/informação</b>

	do leite. Nem na faculdade, nunca estudamos sobre o assunto.	
Ações articuladas e envolvimento de todos	<p><b>BIA-Enfermeira:</b> (...) O envolvimento equipe [em] não ver a necessidade alimentar como uma prioridade a criança corre risco (...)</p> <p><b>MAFALDA- Merendeira:</b> (...) a falta de apoio (...) Eu levo muito a sério, mas, sozinhas, vamos chegar aonde?</p> <p><b>MAFALDA- Merendeira:</b> (...) Até que eu estou lá, beleza, eu puxo a frente, mas já aconteceu de eu falar para as meninas: Oh, tem o bolo sem ovo para fazer, e elas não lembrarem (...)</p> <p><b>MAFALDA- Merendeira:</b> (...) além de não termos informação muitas vezes recebe alguma coisa lá (alimento) e não sabe como trabalhar com aquilo. Não adianta dar a enxada e não ensinar a carpir. Para nós é complicado isso, tudo que eu faço lá é o que eu retiro da internet, as receitas que eu retiro da internet.</p>	<b>Trabalho em rede</b>

Fonte: Elaborado pelas autoras (2019). Os nomes das profissionais são fictícios.

As dificuldades relatadas pelos profissionais demonstram a insuficiente articulação intersetorial, à falta de estudos durante a formação referente ao tema, e o baixo envolvimento dos profissionais. Para todas as participantes, é necessário que ocorra uma maior articulação e envolvimento entre os profissionais, para que estes, integrem os saberes e experiências na execução das ações, possibilitando, assim, a garantia dos direitos para esses alunos. Além disso, direção, coordenação, professores e demais profissionais devem se preparar para não reproduzirem uma pedagogia da exclusão alimentar, na qual o aluno com necessidade alimentar especial fica isolado, excluído e estigmatizado (MAIA, 2017). Pois,

[...] é recorrente a ausência de conhecimentos e informações a respeito das particularidades que envolvem a alergia alimentar, inclusive entre os profissionais da saúde. Já entre os profissionais da educação, é de extrema relevância discutir o assunto, na perspectiva de ações pedagógicas condizentes às necessidades alimentares especiais de cada indivíduo. (CHADDAD; OLIVEIRA, 2017, p. 100).

Tanto os profissionais da educação quanto os profissionais da saúde apontam a insuficiente articulação intersetorial existente no município, uma vez, que é visível a falta de compreensão e interesse entre muitos envolvidos. Afirmam ainda, que as

*Necessidades Alimentares Especiais não despertam interesse dos profissionais*, de ambas as áreas envolvidas. Situação preocupante, uma vez que essas atitudes contribuem para a falta de ação.

Para Freire (1979), a conscientização ocorre a medida que as pessoas implicadas se dão conta da necessidade de agir e, ao criar demanda, saem da zona de conforto. Entretanto, “esta tomada de consciência não é ainda a conscientização, porque esta consiste no desenvolvimento crítico da tomada de consciência” (FREIRE, 1979, p. 15). Ou seja, a conscientização só ocorre efetivamente quando o sujeito é capaz de compreender sua realidade e desenvolver determinadas ações para transformá-la.

Diante disso, para atender as demandas dos casos de alunos diagnosticados com Necessidades Alimentares Especiais, os profissionais precisam estar preparados e uma das maneiras para que isso ocorra é através da formação inicial e continuada desses. Pois, as capacitações são ferramentas para enfrentar os problemas que permeiam os serviços de educação e saúde. Conforme Pedro (2017), é imprescindível que o profissional tenha clareza e estude frequentemente sobre o tema para que conheça sobre a inclusão e a diversidade alimentar e compreenda o problema, tendo em vista que o conhecimento é um importante instrumento para uma prática pedagógica inclusiva. Nessa lógica, “a reflexão crítica sobre a prática se torna uma exigência da relação Teoria/Prática sem a qual a teoria pode ir virando blábláblá e a prática, ativismo”. (FREIRE, 2011, p. 22).

Por isso, é imprescindível que a oferta de cursos e capacitações referentes ao tema sejam abordados entre as áreas da Saúde e Educação, para que compreendam as subjetividades presentes e assim consigam desenvolver estratégias e ações de inclusão no espaço escolar. Todavia, as “estratégias integradas de prevenção e promoção em saúde nas [...] escolas implicam na abordagem que levem em conta o contexto e o reconhecimento da comunidade escolar em sua diversidade como sujeitos de conhecimento e de saberes”. (SILVA; BODSTEIN, 2016, p. 1785). Todavia, para que ocorra a promoção de saúde no espaço escolar, além da articulação intersetorial entre as instituições é preciso também, a participação da comunidade em geral. (BRAMBILLA, 2017).

Desse modo, todos os envolvidos, direta ou indiretamente, devem se perceber como parte desse meio, identificando os problemas e apontando possíveis soluções para que a inclusão realmente ocorra. Nesse sentido, é imprescindível a articulação intersetorial entre as áreas da Saúde e Educação, a partir da qual os atores envolvidos dialoguem sobre o problema, especialmente com a nutricionista, e juntos criem possibilidades para formações específicas sobre o assunto. A partir disso, outras pessoas podem ser sensibilizadas sobre a importância de conhecer as Necessidades Alimentares Especiais.

Todas as participantes da pesquisa afirmam que, para isso, poderiam ser promovidas *conversas com pessoas que já passaram por situações semelhantes, mostrar para as famílias, oferecer materiais que possam deixar isso um pouco mais claro, ou seja, demonstrar exemplos, alertar sobre os riscos*. Para tal fim, é necessária maior divulgação sobre o tema, como o desenvolvimento de *cartazes divulgando o assunto*, o qual seria uma alternativa para que o assunto seja levado para as instituições de saúde e toda a comunidade escolar.

Conforme o documento Brasil (2009), o conhecimento sobre essas informações permite que os gestores e as equipes de saúde da família, implementem estratégias que contribuam para a promoção de saúde relacionada a alimentação e nutrição. Uma vez, que alguns casos são mais complexos que outros, o que exige o preparo dos profissionais para atenderem ocorrências que necessitam de cuidados alimentares específicos, além de serem alertados sobre riscos e medidas cabíveis.

Nessa perspectiva, torna-se fundamental “sensibilizar e lembrar a todos sobre o fato de que a maioria das necessidades alimentares especiais impacta as relações sociais do estudante e podem afetar sua aprendizagem”. (FNDE, 2016, p. 64). Para as participantes de ambas as áreas, esse processo deve começar por elas, na busca por formações continuadas, palestras, leituras e até mesmo divulgação de campanhas. *Sensibilizar, pois, o maior objetivo é tentar trazer para discussão o tema*. Além disso, afirmam ainda, que *toda comunidade escolar precisa conhecer sobre esse assunto*, compreender qual o seu papel diante a complexidade desse problema e desenvolver um processo reflexivo diante a problemática enfrentada, contribuindo para que ações sobre as Necessidades Alimentares Especiais, sejam

desenvolvidas e contribuam para a inclusão desses alunos.

Entretanto, uma das participantes (Psicóloga) afirma, *isso não se discute, é um processo muito mecânico, que influencia diretamente na prática diária*. Para as professoras, é necessário o desenvolvimento de um *Círculo de Cultura*, por exemplo, que realize *conversas, demonstre exemplos, mostre os riscos e cobre ações*, das instituições e dos pais, para que essas crianças sejam de fato inclusas. Pois, a abordagem do tema no espaço escolar ainda é pouco difundida, contribuindo para práticas excludentes, uma vez, que a demanda vem aumentando e os profissionais não sabem o que fazer. Para Maia (2017, p.93), “Todos os espaços e ações pedagógicas são oportunidades de construir um diálogo sobre o ideal de uma escola mais inclusiva. A cantina, os aniversários dos colegas e as festas das escolas devem se tornar uma oportunidade de reflexão sobre a inclusão alimentar”.

A necessidade de informação que ressalte a problemática presente nas escolas é urgente, uma vez que existem poucas campanhas de divulgação sobre os cuidados a serem tomados com quem possui alergia ou intolerância. Conforme Paula, Crucinsky e Benati (2014), no Brasil a divulgação do diagnóstico e do tratamento se materializa de duas maneiras: ou por publicações em periódicos científicos, realizadas a partir de pesquisas nas universidades brasileiras, ou por associações de pacientes. Além disso, o Ministério da Saúde e o Ministério da Educação também disponibilizam alguns documentos. Conforme o documento BRASIL (2009, p. 62),

Para aumentar a capacitação, planejar e desenvolver as ações de avaliação nutricional e de educação de saúde nas escolas, os profissionais da equipe podem utilizar materiais educativos e de apoio, produzidos, entre outros, pelo próprio Ministério da Saúde, como o Caderno de Atenção Básica sobre Obesidade (BRASIL, 2006c), o Guia Alimentar para a População Brasileira e o Guia de Alimentos Regionais Brasileiros.

Além desses materiais, o Caderno de Referência sobre a Alimentação Escolar para Estudantes com Necessidades Alimentares Especiais (2016), Caderno do Gestor do PSE (2015), Caderno de Atenção Básica sobre Saúde na Escola (2009), entre outros documentos, também podem ser disponibilizados nas escolas, para que famílias e profissionais tenham acesso. Conforme Maia (2017, p. 96),

“reconhecer o papel da comida como um elemento central em nossa cultura se faz importante para compreendermos os desafios e obstáculos vivenciados pelas pessoas com necessidades alimentares especiais”. Todas as participantes afirmam que muitos dos desafios, que muitos profissionais encontram no dia-a-dia, estão relacionados a *falta de conhecimento do assunto entre todos os envolvidos*, ocasionado pela *falta de oferta de formação e capacitação sobre as Necessidades Alimentares Especiais*.

Dessa forma, a capacitação e o conhecimento dos profissionais da educação e saúde, são imprescindíveis para a promoção da alimentação saudável e adequada, o cuidado e o apoio aos alunos com Necessidades Alimentares Especiais. Lembrando, que “a educação e a saúde devem propor ações que respondam às necessidades da comunidade escolar, diminuindo vulnerabilidades e transtornos que comprometem a saúde”. (OLIVEIRA, 2017, p. 79). Por isso, é fundamental que os atores envolvidos dialoguem sobre o assunto, e, juntos, criem possibilidades para formações específicas sobre o problema.

Se é dizendo a palavra com que, “pronunciando” o mundo, os homens o transformam, o diálogo se impõe como caminho pelo qual os homens ganham significação enquanto homens. Por isto, o diálogo é uma exigência existencial. E, se ele é o encontro em que se solidariza o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar idéias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples troca de idéias a serem consumidas pelos permutantes. Não é também discussão guerreira, polêmica, entre sujeitos que não aspiram a comprometer-se com a pronúncia do mundo, nem com buscar a verdade, mas com impor a sua. (FREIRE, 1979, p. 42).

Para que ocorram o diálogo, a reflexão e a ação é necessário o desenvolvimento de uma educação problematizadora que instigue os sujeitos a se comprometerem de forma crítica e reflexiva frente os problemas enfrentados. Além disso, é visível a necessidade de formações específicas sobre o assunto, para que consigam pôr em prática ações que contribuam no trabalho desenvolvido e respectivamente na inclusão dessas crianças.

## CONCLUSÃO

Buscamos apresentar aqui, uma leitura crítico reflexiva do processo de

formação dos profissionais da Saúde e Educação, para a inclusão dos alunos com Necessidades Alimentares Especiais, a partir das informações obtidas por meio da análise dos resultados da Dissertação de Mestrado, a qual foi realizada através de uma pesquisa de campo em um Município de pequeno porte, situado na região Oeste de Santa Catarina.

A falta de informação e conhecimento dos profissionais em relação a problemática abordada, são alguns dos principais elementos que influenciam para que a exclusão dos alunos com alergias ou intolerâncias ocorra. Pois, a falta de formações específicas sobre o assunto contribui para práticas de exclusão, uma vez, que os profissionais não conhecem o problema mesmo que, muitas vezes, o vivenciem diariamente. Portanto, a oferta de formações específicas para todos os profissionais envolvidos, sobre a inclusão, sobre a diversidade alimentar, sobre as possíveis reações e ações em casos de contato do aluno com o alergênico é fundamental para que juntos conheçam, compreendam e desenvolvam ações transformadoras.

Visto, que o processo de intersetorialidade busca disseminar a promoção de saúde entre todos os envolvidos, a integração entre as redes é fundamental para que consigam desenvolver a dialogicidade e por conseguinte um trabalho inclusivo em relação aos alunos que possuem alergias ou intolerâncias. Dessa forma, os setores (saúde e educação) devem integrar os saberes e experiências durante a execução das ações, e assim possibilitar a garantia dos direitos para os indivíduos com Necessidades Alimentares Especiais.

Ao se tomar conhecimento dos limites e desafios encontrados pelo caminho, incentiva-se a continuidade de pesquisas que abordem a temática visando a construção de espaços verdadeiramente inclusivos para os alunos. Dessa forma, ressalta-se, a importância da abordagem sobre o problema durante a formação inicial e continuada dos profissionais, para que o conhecimento, compreensão, cuidado, atenção e inclusão das crianças ocorra.

A pesquisa possibilitou analisar que os profissionais precisam ressignificar a sua prática e, assim, desenvolver ações inclusivas no ambiente em que atuam.

Dessa forma, tanto os profissionais da Educação quanto os profissionais da Saúde devem desenvolver um processo de ação-reflexão-ação no atendimento aos alunos com Necessidades Alimentares Especiais. Para tanto, o diálogo, a capacitação, e, conseqüentemente, o conhecimento sobre o problema enfrentado entre os profissionais é fundamental para que a inclusão dos alunos diagnosticados com Necessidades Alimentares Especiais se efetive.

## REFERÊNCIAS

- ASBAI- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ALERGIA E IMONULOGIA. **Artigos-Material Educativo, Alergia Alimentar**. Disponível em: <http://www.asbai.org.br/secao.asp?s=81&id=306> Acesso em: 20 de maio de 2018.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL . FNDE; **Caderno de referência sobre alimentação escolar para estudantes com necessidades alimentares especiais/ Programa Nacional de Alimentação Escolar**. – Brasília: FNDE, 2016.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Caderno de atividades: Promoção da Alimentação Adequada e Saudável: Educação Infantil**. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Brasília, 2018.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Caderno do gestor do PSE**. Brasília: Ministério da Saúde, 2015c.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde na escola / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica**. – Brasília: Ministério da Saúde, 2009b.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Lei 9.394/96. **Dispõe sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC, 1996.
- BRAMBILLA, D K. **Programa Saúde na Escola: perspectiva da (des)medicalização**. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde). Universidade Comunitária da Região de Chapecó, Chapecó, 2017.
- CHADDAD. Maria Cecília Cury; OLIVEIRA. Valdirene Alves de; **Políticas públicas e práticas pedagógicas inclusivas: qual o papel da escola e da sociedade? Direito à alimentação, políticas públicas e restrições alimentares: entre a invisibilidade e o reconhecimento [livro eletrônico] / Leonardo Corrêa [organizador]**. – Juiz de Fora, MG: Faculdade de Direito da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2017.

FLICK, Uwe. **Uma introdução a pesquisa qualitativa**/Uwe Flick; tradução Joice Elias Costa. -3.ed.- Porto Alegre: Artmed, 2009. 405p. 25 cm.

FREIRE, Paulo; **Conscientização: teoria e prática da libertação**: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: Saberes necessários a prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso; MICHELS, Maria Helena. A política de educação especial 15 no Brasil (1991-2011): uma análise da produção do GT15 – educação especial da ANPED. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v. 17, p. 105-124, maio/ago. 2011.

KRAMER, Sonia. **Profissionais de Educação Infantil**: gestão e formação. São Paulo: Ática, 2005.

MAIA, Carlos. **Cozinha inclusiva–Por uma ruptura com o paradigma da indiferença alimentar**. In: CORRÊA, Leonardo Direito à alimentação, políticas públicas e restrições alimentares: entre a invisibilidade e o reconhecimento. Juiz de Fora, MG: Faculdade de Direito da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2017. p. 84-96.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** 1ed. São Paulo: Moderna, 2003.

OLIVEIRA, F. P. S.L de. **Avaliação do Programa Saúde na Escola com Foco na Integração entre Unidade Básica de Saúde e Escola de Ensino Fundamental: Um Estudo de Caso em Belo Horizonte**. Brasil. 2017. Tese (Doutorado em Odontologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2017.

PAULA, F. A. de. **Desconhecimento, Invisibilidade, Vulnerabilidade e Negligência: A percepção dos familiares da criança celíaca sobre suas necessidades alimentares especiais na escola**. CORREA, Leonardo (org). Direito a Alimentação, Políticas Públicas e Restrições Alimentares: entre a invisibilidade e o reconhecimento. Juiz de Fora, MG: Faculdade de Direito da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2017. p. 108-130.

PAULA, et al. **Fragilidades da Atenção à Saúde de Pessoas Celíacas no Sistema Único de Saúde (SUS): A Perspectiva do Usuário. Demetra: alimentação, nutrição e saúde**. V. 9 2014. Rio de janeiro Disponível em: <https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/demetra/article/view/10499>

PEDRO, Maria E. A. **Necessidades Alimentares Especiais Na Infância: Construindo Caminhos com a Família**. FIGUEIRÊDO. A. A. de. Et al. Direito a Alimentação, Políticas Públicas e Restrições Alimentares: entre a invisibilidade e o reconhecimento. Juiz de Fora, MG: Faculdade de Direito da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2017. p. 108-130.

RIBEIRO. C. S.G. et al. **Necessidades Alimentares Especiais (NAE): Uma questão social em políticas de segurança alimentar e nutricional**. In: XI Jornadas

Latino-Americanas de Estudos Sociais da Ciência e da Tecnologia, **Anais. Curitiba: ESOCITE**, 2016. p. 1-12.

SANTOS, Alex Reis dos; TELES, Margarida Maria. Declaração de Salamanca e Educação Inclusiva. In: **3º Simpósio Educação e Comunicação. Anais. Set. 2012.** p. 77-87.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA. Carlos dos Santos; BODSTEIN. Regina Cele de Andrade; Referencial teórico sobre práticas intersetoriais em Promoção da Saúde na escola. Ver. **Ciênc. Saúde coletiva** vol.21 n.6, p. 1777-1788, jun. 2016.

THOMA, A. da S. KRAEMER, G. M. **A educação de pessoas com deficiência no Brasil: Políticas e práticas de governo**. 1ed: Curitiba: appriss, 2017.

## Notas

1. Todos os participantes receberam o Termo de Consentimento Livre e esclarecido e o termo de Consentimento para o uso de imagem e voz, para que os participantes não fossem identificados e a pesquisa pudesse ser realizada.



This work is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International (CC BY-NC 4.0)